A CA CA CA COMUNICAÇÃO DE SINDIFICAÇÃO DE SIND

Renato Casagrande recebe Categoria do Fisco



O presidente do Sindifiscal, Geraldo Pinheiro, expôs ao governador Renato Casagrande a longa situação crítica por que passa a categoria e a decorrente crise na gestão da Sefaz. Na reunião, participaram o secretário Rogélio Amorim e o subsecretário Luiz Claudio, além do diretor Carlos Camisão e dos Auditores Fiscais Thiago Venâncio, Bruno Nardotto e Elcio Uliana.



"Sou uma pessoa muito difícil para fechar acordo, mas cumpro acordo assumido. Proponho uma discussão sobre números até setembro de 2021, para fecharmos a questão do valor. Feito isso, me comprometo a enviar um Pojeto de Lei em janeiro de 2022 à Assembleia Legislativa."

Página 7

Auditores Fiscais se reúnem com Davi Diniz e com deputados da Frente Parlamentar Fazendária página 6



8 de março: Dia Internacional da Mulher Nova coluna: Conhecendo e Reconhecendo o Fisco com Lenita Ana De Nadai página 9





Precatórios do rotativo são pagos em fevereiro e março. PÁGINA 10



EDITORIAL

Com a palavra...

Carreira de Estado e Cargo de Governo

O movimento atual dos cargos comissionados aflora novamente o debate sobre as funções originais de uma carreira típica de Estado, e sua acumulação com exercício de cargos em comissão.

No entanto, trata-se de dois elementos de natureza distinta que não são nem excludentes e nem complementares. Como disse uma colega auditora fiscal "fiz concurso para uma carreira típica de Estado. Para uma função essencialíssima de Estado. Não fiz concurso para cargo comissionado.'

Quis a colega dizer que o exercício de cargo, ou função, comissionado é uma forma do servidor concursado contribuir com a gestão de sua instituição. De certa forma, também é uma maneira de contribuição com o poder executivo. No entanto sem o afastamento de suas obrigações originais.

Assim relata outro colega: "o exercício de cargo no governo, seja qual for, também é uma forma de trabalhar e contribuir para o êxito desse governo. Pois, um bom traba-Îho em cargo de gestão fortalece a instituição que, direta ou indiretamente, ajuda no êxito da gestão do executivo.

Esse exercício, assim, é uma forma de contribuição ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento de cultura de cultivo e cuidado com a nossa casa.

Sim, diria outro colega, uma via de mão dupla. Mas, o problema, continua, é que algumas vias têm mão única, como parece acontecer agora. A ideia é a de que, mormente, em tempos de crise o Fisco é chamado a participar. E o Fisco tem feito a sua parte, e muito bem, no desenvolvimento do Espírito Santo.

Para não ir muito longe

lembremos 2003, no início do governo Paulo Hartung, em que ele pedia participação do Fisco na recuperação do Estado, na época com três meses de salário em atraso.

Lembremos também o mesmo Paulo Hartung em 2015, com um discurso muito parecido. Naquele ano difícil, o Fisco também fez sua parte. E os anos de Casagrande?! E novamente agora. Novamente Casagrande. Em plena crise epidêmica. Que contra tudo e contra todos os prognósticos o Fisco levanta a Receita que bate recorde atrás de recorde.

O prognóstico era de que no ano passado o Estado perderia quase R\$ 4 bilhões em receita. No entanto, isso não aconteceu. E o registrado foi um aumento enorme de receita em 2020. Que continua batendo recordes nesse ano de 2021.

Mas, enfim, um colega

também fez o seguinte relato: "mas se não há reconhecimento, se há indiferença em relação aos sérios e contínuos problemas na carreira e na instituição, como continuar a fazer parte do governo?".

Assim, nos parece legítimo o movimento dos cargos de governo nesse contexto. A crise na carreira redunda em crise de gestão, em impossibilidade prática de se fazer boa gestão. Assim, é justo que o governo cuide da gestão para que nós cumpramos nosso dever constitucional de cuidar da receita pública. Que novos ventos tragam o governo Casagrande a essa questão, para que permaneçamos firmes em nossa dupla jornada de trabalho: de função típica de Estado e de gestor governamental.

Boa leitura! A diretoria.

Expediente

Geraldo José Pinheiro

Presidente presidencia@sindifiscal-es.org.br

José Fermo

Vice-Presidente josefermo10@gmail.com

Carlos Heugênio Duarte Camisão

Diretos Tesoureiro diretoriafinanceira@sindifiscal-es.org.br

Jocelino Antônio Demuner

Deiretor Administrativo jdemuner@sindifiscal-es.org.br

Zenaide Maria Tomazelli Lança

Diretora Jurídica juridico@sindical-es.org.br

AçãoFiscal

Lenise Seabra Miranda

Diretora de Aposentados e Pensionistas lenisemiranda@gmail.com

Rogério Zanon da Silveira

Diretor de Comunicação e Divulgação jornal@sindifiscal-es.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Anthony Fermino Repetto Lavor Marcelo da Silva Ramos Herval José Borini Cezarino Luiz Carlos Ferreira Pinto César Romeu de Souza Lacerda

CONSELHO FISCAL

Bruno Aguilar Soares Edvaldo Monteiro Lenita Ana de Nadai

DELEGADOS SINDICAIS

Carlos Werner dos Santos Região Metropolitana Luiz Henrique Ribeiro da Silva Região Nordeste Lúcio Berili Mendes Região Sul João Tadeu Caon Região Noroeste

Ação Fiscal: Janeiro-Fevereiro/2021 Ano XXXV - Edição 173

Jornalistas responsáveis Maxieni Muniz **Weverton Campos** Adriana Nobre

Tiragem: 1200 exemplares

E-mail: jornal@sindical-es.org.br



Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº955 - Edíficio Global Tower. Salas 714 e 715 Enseada do Suá. Vitória/ES - **CEP:** 29050335 Site: http://www.sindifiscal-es.org.br **CNPJ**: 27394410001/05 Email: jornal@sindifiscal-es.org.br

Telefone: (27) 3325-3439

3

Educação Fiscal: Auditores Fiscais e Auxiliares Fazendários são referência nacional

O Sindifiscal entrevista na primeira edição de 2021 o auditor Thiago Venâncio, coordenador do Núcleo de Educação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). O colega é bacharel em Administração de Empresas e pós-graduado em Direito Tributário. Ele entrou para o Fisco em 2002 como Auxiliar Fazendário e ficou até 2013, quando saiu para assumir o cargo de Auditor Fiscal de Tributos em Cariacica. Voltou à Sefaz como Auditor Fiscal em 2017, após aprovação no concurso de 2013.

Ação Fiscal - Qual a importância da educação fiscal para o cidadão?

A Educação Fiscal tem por objetivo conscientizar os cidadãos sobre a importância socioeconômica dos tributos, que são as principais fontes de recursos para a manutenção das atividades do Estado. Penso que uma sociedade consciente de seus direitos e deveres é mais capaz de decidir seus rumos.

Um povo politicamente ativo e consciente deve estar constantemente preocupado em garantir que os valores arrecadados com tributos sejam de fato recolhidos aos cofres públicos e corretamente aplicados pelo Estado em prol da sociedade.

AF – Hoje você coordenada o Núcleo de Educação Fiscal (NEF). Como e quando você se interessou pelo tema?

Sempre acreditei que educação é uma das principais ferramentas de transformação.

O interesse pelo tema surgiu em 2018 durante o período em que trabalhei na Agência da Receita Estadual em Aracruz, quando pude acompanhar e ministrar palestras sobre Educação Fiscal.

AF- Em que patamar está a Educação Fiscal no estado do Espírito Santo? O que podemos fazer para avançarmos nesse segmento?

O Espírito Santo é pioneiro no assunto e desde 1992 realiza um ótimo trabalho por meio da Sefaz e outros órgãos parceiros. Seja

O avanço neste e em qualquer outro segmento de nossa Secretaria passa, primordialmente, pela valorização e reconhecimento da Receita Estadual por parte do Governo do Estado.

pelo investimento em estrutura, aumento do quadro de servidores e remuneração compatível com a média nacional. Os Auditores Fiscais e Auxiliares Fazendários executam trabalhos de referência nacional, que são primordiais para a Administração Pública e sociedade capixaba de um modo geral.

AF - A Nota Premiada agora é Lei. Como surgiu a ideia do programa Nota Premiada? Quais são os objetivos? Quais benefícios a sociedade capixaba irá receber a partir dessa iniciativa?

ALein°11.234/2021 criou o Programa Nota Capixaba, Premiada cujos principais objetivos são fomentar o exercício da cidadania fiscal e a valorização da função socioeconômica do tributo, favorecer uma concorrência empresarial mais leal e contribuir para o incremento da arrecadação tributária, mediante estímulo à emissão de documentos fiscais.

O Programa distribuirá, mediante sorteio, prêmios em dinheiro aos cidadãos



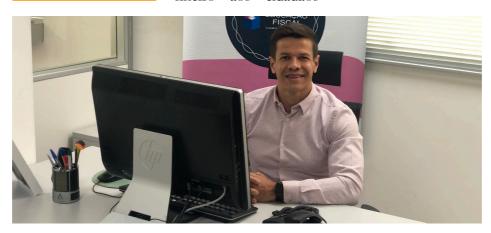
Thiago Venâncio: Coordenador do Núcleo de Educação Fiscal da SEFAZ-ES

participantes e às entidades sociais sem fins lucrativos credenciadas. Dessa forma, o cidadão poderá não só ser contemplado diretamente, mas também contribuir com instituições que desenvolvem atividades de relevante interesse público.

Ressalto que nossos municípios também poderão se beneficiar, tendo em vista que o incremento esperado na arrecadação do ICMS fará com que o repasse àqueles entes seja maior.

AF- Como e quando as pessoas poderão participar?

Algumas etapas ainda estão sendo desenvolvidas, de forma que a Nota Premiada Capixaba seja lançada ainda neste ano. Para participar, o cidadão deverá estar previamente inscrito no site a ser divulgado pela Sefaz e indicar uma entidade social, dentre as cadastradas no Programa. Em seguida, a cada compra realizada, deve solicitar o documento fiscal com inclusão de seu CPF. Bilhetes serão gerados para sorteios mensais e anuais, cujos prêmios vão de 2 mil a 50 mil reais!



Uma inovação de nosso Programa é dividir o Estado em três regiões, Norte, Sul e Metropolitana. Isso trará mais capilaridade e fará com que os sorteios sejam mais igualitários.

DIRETORIA EM AÇÃO

Categoria discute situação com políticos estaduais e federais



Os diretores do Sindifiscal, Geraldo José Pinheiro e Carlos Camisão, juntamente com os colegas Elcio Uliana, Carla Milaneze e Thiago Venâncio reunidos com a deputada estadual Janete de Sá.



Os Diretores do Sindifiscal Geraldo Pinheiro e Jocelino Demuner e os colegas Bruno Barcelos Nardotto, Thiago Duarte Venâncio e Elcio Pedro Uliana se reuniram com o deputado federal Josias da Vitória na quinta-feira (4/02).

se unem à categoria para defender o Fisco

A diretoria do Sindifiscal, com o apoio de vários colegas, tem se movimentado no sentido de conseguir apoio para solucio-nar os problemas que a categoria atravessa desde 2014. Uma série de reuniões foram realizadas com objetivo de marcar uma agenda junto ao governador Renato Casagrande, este sim, a pessoa com poder de atender às reivindicações que estão sem resposta há quase dois anos.

Nas reuniões - com deputado federal Josias da Vitória e com os estaduais Janete de Sá, Marcos Garcia, Alexandre Quintino, Alexandre Xambinho, Luiz Durão, José Eustáquio de Freitas, Dary

Vários deputados Pagung, Iriny Lopes, Vasconselos, Renzo Danilo Bahiense e Erick Musso - foram feitos esclarecimentos acerca dos problemas que estão ocorrendo na Sefaz durante a gestão do atual secretário e demonstrada a justiça das reivindicações do Fisco Estadual. A categoria também recebeu o apoio da Fecomércio-ES e do Sincades.

> Nesses encontros, a Diretoria do sindicato explanou que durante dois anos a categoria estabeleceu uma relação de diálogo e sempre foi recebida pelo titular da Pasta. Mas em termos de resultados nada foi logrado. Por essa razão, deu-se a busca de outros interlocutores para resolver o problema, que se arrasta há mais de uma década e coloca o Fisco capixaba com a pior remuneração do país.

Para demonstrar nossa importância e a

justiça das reivindicações foram entregues material com resultados da arrecadação recorde de ICMS em 2020 quando, mesmo com a pandemia da Covid-19, R\$ 520 milhões foram arrecadados pelo esforço dos Auditores Fiscais.

Nessas ocasiões também foi apresentado um relatório de todas as atividades realizadas pelo Fisco que contribuíram com o ingresso de receita nos cofres públicos, seja pela autorregularização ou por processos de fiscalização e auditoria.

Ao término das reuniões foram entregues, a todas as autoridades que abriram diálogo com o sindicato, um documento com as reivindicações apresentadas ao secretário em 5 de abril de 2019. São elas: tabela aos moldes da PGE (Procuradoria-Geral do Estado), Loat (Lei



Os Diretores do Sindifiscal Geraldo Pinheiro, Carlos Camisão e Jocelino Demuner e os colegas Adson Thiago e Elcio Uliana se reuniram no dia primeiro de fevereiro com o deputado estadual Alexandre Quintino.



O deputado estadual Luiz Durão recebeu na terça-feira (02/02) os diretores do Sindifiscal, Geraldo Pinheiro, Carlos Camisão e Jocelino Demuner, e da Afites, Maria Teresa de Siqueira Lima. A reunião aconteceu no gabinete do deputado na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

DIRETORIA EM AÇÃO

Orgânica da Administração Tributária), teto único e reestruturação da carreira de Auxiliares Fazendários.

Em todas as reuniões o saldo foi positivo, com a promessa de apoio à categoria. A união de forças possibilitou uma reunião com o chefe da Casa Civil, os membros da Frente Parlamentar Fazendária e com vários deputados estaduais que não fazem parte da Frente.

Atendendo à categoria, a Diretoria do Sindifiscal não parou e não vai parar. Uma minuta de Projeto de Lei

já está pronta e foi entregue ao chefe da Casa Civil, que alegou não ter tempo hábil para tramitação de uma proposta legislativa e citou o impedimento criado pela Lei n°173/2019.

"Nós entendemos os entraves que a Lei 173 pode causar, mas enfatizamos que a nossa proposta é que assuntos relacionados à tabela podem ser discutidos e transformados em Lei hoje, mas entrando em vigor em Janeiro/2022, reiterou o presidente do Sindifiscal, Geraldo Pinheiro.

Ele ainda salienta

que "até o momento, falta reconhecimento por parte do governo do Estado que, definitivamente, não reconhece a Constituição Federal, no que diz respeito à essencialidade dos Auditores Fiscais para o funcionamento do Estado."



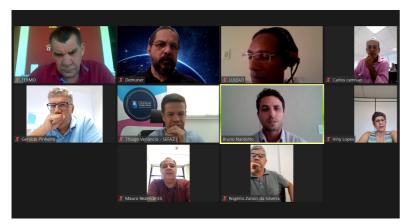
Estiveram em Linhares, em reunião com o deputado Estadual Marcos Garcia, os Auditores Fiscais Adolf Zini de Souza, André Gomes Santana, Anthony Fermino Repetto Lavor, Jocelino Antônio Demuner e Luiz Henrique Ribeiro da Silva.



O deputado José Eustáquio de Freitas recebeu no dia 09/02 os diretores do Sindifiscal, Geraldo Pinheiro, Carlos Camisão, além dos auditores Élcio Uliana e Thiago Venâncio.



Na quarta-feira (10/02) o diretor do Sindifiscal Jocelino Antonio Demuner e a Auditora Fiscal Carla Brasil Milaneze reuniram-se com Dary Pagung.



Reunião dos diretores do sindifical Geraldo Pinheiro., José Fermo, Carlos Camisão, Rogerinho Zanon, Demuner com a deputada Iriny Lopes, no dia 24/02. Participação dos colegas Thiago Venâncio, Bruno Nardotto e Luizão.



O deputado estadual Alexandre Xambinho recebeu, no dia 23/02, os diretores do Sindifiscal Geraldo Pinheiro e Carlos Camisão



Os Auditores Fiscais Geraldo Pinheiro e Carlos Camisão (diretores do Sindifiscal), Maria Teresa de Siqueira Lima (diretora da Afites) e Mário Figueiredo estiveram reunidos na quarta-feira (03/02) com o presidente da Fecomércio-ES, José Lino Sepulcri.



Os diretores do Sindifiscal Geraldo Pinheiro e Carlos Camisão e os colegas Elcio Uliana e Thiago Venâncio se reuniram, no dia 09/02, com o Superintendente do Sindicato dos Distribuidores Atacadistas — SINCADES, César Wagner Pinto.

DIRETORIA EM AÇÃO

Chefe da Casa Civil, Davi Diniz, e Frente Parlamentar, escutam o Fisco



Diretores do Sindifiscal apresentaram uma minuta de Projeto de Lei

Os diretores do Sindifiscal, Geraldo Pinheiro, Carlos Camisão, Rogério Zanon e Jocelino Demuner, e a diretora da Afites, Maria Teresa se reuniram com o chefe da Casa Civil, Davi Diniz, para uma conversa sobre a situação da categoria e da Fazenda.

A reunião foi iniciativa da Frente Parlamentar Fazendária, que tem como presidente a deputada Janete de Sá. Participaram da reunião os deputados Emílio Mameri, Bruno Lamas, Luiz Durão, Marcos Garcia, Torino Marques, Hércules da Sil-

veira e os Auditores Fiscais Thiago Venâncio, Bruno Nardotto, André Santana, Carla Milaneze e Elcio Uliana.

A deputada Janete de Sá iniciou a reunião, falando sobre as questões porque passam os Auditores Fiscais: "um salário incompatível com a responsabilidade, com o risco e com a complexidade da função de Estado, e fora dos patamares nacionais do cargo de Auditor Fiscal". Janete resgatou a longa trajetória de luta da categoria por valorização funcional, que já dura mais de dez anos, o que resulta em seguidas crises, como a de agora em que os Auditores Fiscais não querem mais fazer parte da gestão do governo.

Geraldo Pinheiro alertou para os riscos institucionais na Fa-

zenda, como os problemas enfrentados pela gestão, ameaças à sua cultura organizacional, ao respeito perante à sociedade e, consequentemente, riscos ao desempenho da Receita Estadual: "os Auditores Fiscais têm a firme convicção de que as negociações que se arrastam sem uma decisão já passaram dos limites e não é mais possível fazer a gestão da Fazenda com a situação atual". Ponderou que o abandono de cargos comissionados é resultado da impossibilidade de se fazer uma boa gestão, bem como de ausência de solução das negociações". Segundo Geraldo, os riscos são enormes às reponsabilidades assumidas: cuidamos de um erário da ordem de 20 bilhões de reais anuais, de uma fiscalização de aproximadamente 80 mil contribuintes e de uma administração de leis tributárias infindável. E isso tudo com menos de 250 Auditores Fiscais".

A colega Maria Teresa, diretora da Afites, fez uma fala muito emocionada, dizendo de sua história na Fazenda e das inúmeras responsabilidades assumidas, para agora constatar a dura realidade do Fisco capixaba. Afirmou que a Afites e o Sindifiscal estão juntos nessa luta. Após a fala dos deputados presentes, que se colocaram à disposição da categoria, o chefe da Casa Civil, Davi Diniz, falou sobre o respeito e o conhecimento acerca da função, por meio da experiência como secretário

da Fazenda do município de Vitória. Disse também conhecer com profundidade as questões apresentadas pelo sindicato, as quais considera legitimas. Ponderou, entretanto, pela suspensão do movimento dos cargos comissionados agendado para o dia 1º de março, haja vista que, em sua opinião, é muito difícil tramitar um projeto de lei em tão pouco tempo. No entanto, firmou compromisso de apresentar uma resposta ao sindicato e à categoria ainda neste mês. Em resumo, o compromisso assumido foi o de 1) realizar nova reunião com a Frente Parlamentar no dia 26 de fevereiro, às 10 horas; 2) trazer para reunião uma resposta do governo estadual acerca das reivindicações.

Governador assume compromisso com a categoria para janeiro de 2022

A proposta é de negociar os valores da tabela de remuneração do Fisco até o mês de setembro de 2021 e de encaminhar um projeto de lei no mês de janeiro de 2022, a ser apreciado em reunião extraordinária na Assembleia Legislativa.

Em reunião com o Governador do Estado, Renato Casagrande, realizada no dia 3 de março, Auditores Fiscais fizeram ao governador um relato sobre a situação do Fisco no Espírito Santo, e a longa caminhada com vistas à solução dos graves problemas que atingem a instituição fazendária e a categoria. Geraldo Pinheiro, Presidente do Sindifiscal, relatou a promessa feita por Renato Casagrande no início de sua gestão, qual seja a de estabelecer padrões remuneratórios para as carreiras de Estado do Espírito Santo compatíveis com a realidade nacional. Relatou que esse compromisso já foi cumprido com outras carreiras de Estado, com servidores de segurança pública, procuradores, defensores públicos e outros. No entanto, a categoria de Auditores Fiscais ainda está em luta para o cumprimento desse compromisso assumido pelo governo.

Geraldo falou das inúmeras reuniões com o secretário da Fazenda, Rogélio Amorim e com demais representantes do governo, na Secretaria de Administração, na Casa Civil, entre outros. Registrou também a responsabilidade da direção do Sindicato perante a categoria e da grave crise de gestão por que passa a Secretaria da Fazenda, já

que Auditores em maior tempo de serviço não assumem cargos pelo fato de não receberem por essa função e, agora, mesmo Auditores com tempo menor de serviço já não aceitam mais ficar em seus cargos, tendo em vista a falta de solução para o problema de remuneração no início de carreira.

Foi falado ao governador que não é intenção da categoria radicalizar com o governo do Estado, mas não é mais possível esperar. A mobilização dos cargos comissionados na SEFAZ representa uma ação provocada pela crise de gestão, ou seja, pela impossibilidade absoluta de se fazer uma boa gestão. Por isso, a indisposição dos Auditores fiscais em assumir responsabilidades além de suas funções originais, como a de cargos de gestão.

Ao ser informado sobre os valores iniciais de carreira e os valores reivindicados, Renato Casagrande disse que estão muito distantes. Geraldo Pinheiro ponderou que isso acontece porque há um longo período de perdas acumuladas. Também ponderou que a reivindicação é de que o Fisco receba remuneração nos termos dos recebidos pelos Procuradores de Estado.

Em sua fala, o governador registrou ser uma pessoa muito difícil para se fazer um acordo, mas que assume o compromisso que fez. "Digo o seguinte: eu sou uma pessoa muito difícil de fazer acordo. O que proponho a vocês é fazer uma discussão sobre números até setembro de 2021, para fecharmos a questão do valor. E eu me comprometo a enviar um projeto de lei em ianeiro de 2022 em uma Sessão Extraordinária."

Renato Casagrande pediu pela compreensão da categoria e pela confiança em seu compromisso assumido de negociar os valores da tabela de remuneração do Fisco até os meses de setembro, e enviar um projeto de lei em janeiro de 2022 para ser apreciação em reunião extraordinária da Assembleia Legislativa. Em relação à PEC em

andamento, Casagrande disse que dificilmente ela impactará o compromisso assumido pelo Fisco, pois a PEC alcançará somente Estados com comprometimento acima de 95% de sua receita, o que não é o caso do Espírito Santo, que está longe disso. Também, esse compromisso assumido, poderia ficar em risco devido a uma queda muito grande de arrecadação, o que não acredita que possa acontecer, salvo medidas muito drásticas no âmbito do governo federal.

A questão do teto também foi abordada na reunião. Geraldo Pinheiro mostrou ao governador uma tabela salarial de todos as carreiras estaduais no Brasil. Casagrande assumiu que não tem condições de enviar projeto de aumento da remuneração do governador, tampouco de enviar uma PEC aumentando o teto remuneratório dos servidores estaduais. Geraldo ponderou que esse impacto pode ser feito em etapas. Renato Casagrande entendeu a questão e se mostrou aberto a discuti-la. Em relação ao impacto, informou ao governador que, incluindo alteração no teto remuneratório,

a repercussão total é de aproximadamente 100 milhões de reais por ano.

Geraldo expôs o clima de tensão no âmbito da categoria, com o risco de ruptura institucional, conforme deliberado na Assembléia Geral realizada na segunda-feira (01/03), onde aproximadamente 200 Auditores decidiram pela suspensão temporária do movimento de entrega de cargos comissionados. Essa decisão foi um voto de confiança dado ao Governador Renato Casagrande. Por sua vez, o Chefe do Executivo estadual, falou de seu reconhecimento em relação aos trabalhos do Fisco e nos resultados que os Auditores fiscais têm entregado ao Estado. Falou pela ponderação da categoria em relação ao momento atual no Brasil e no Espírito Santo, diante do agravamento da crise pandêmica. Finalizou dizendo que, neste momento, não é interessante nem à categoria e nem ao governo uma crise institucional na Secretaria da Fazenda. "Reafirmo, sou difícil para chegar a um acordo, mas digo que cumprirei o acordo assumido com os Auditores Fiscais nessa reunião."



Assembleia Geral realizada em 01/03 de forma virtual.

Participaram da reunião os diretores Geraldo Pinheiro e Carlos Heugênio Camisão, e os auditores fiscais Thiago Venâncio, Bruno Nardotto e Elcio Uliana. Acompanharam o governador o Secretário da Fazenda, Rogélio Amorim, o e o Auditor Fiscal e Subsecretário da Receita Luiz Claudio.

8 POLÍTICA SINDICAL

Fenafisco divulga nota de posicionamento sobre a aprovação da PEC Emergencial



Com aprovação no Senado (04/03), o texto segue para análise e votação na Câmara dos Deputados.

Em relação à aprovação da PEC Emergencial nesta quarta--feira (3), no Senado, a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) avalia que o governo federal erra ao impor aos entes federados medidas de arrocho fiscal em plena pandemia, um momento de extrema vulnerabilidade social, quando a população necessita ainda mais dos serviços públicos. O congelamento de salários dos servidores afeta gravemente aqueles que estão na linha de frente do combate ao Coronavírus – pessoas constantemente expostas às novas variantes da doença.

A entidade alerta, ainda, que o valor mensal de R\$ 250,00 destinado aos beneficiários do auxílio emergencial é sabidamente insuficiente para amenizar a profunda crise vivida pelos mais pobres. Uma quantia muito superior aos R\$ 44 bilhões fixados como limite para o gasto com o programa de transferência de renda seria facilmente arrecadada com impostos sobre as pessoas detentoras de altas rendas e grande patrimônio - os super-ricos - que podem e devem contribuir com a superação

da pandemia, a recuperação econômica e a garantia de direitos.

Apesar dos pequenos avanços em relação ao texto original que propunha cortes ainda mais dramáticos nos serviços básicos utilizados em larga escala pela população brasileira, a Pec Emergencial aprovada pelo Senado Federal conserva graves problemas, mesmo sob a ótica míope do ajuste fiscal, como se vê na malfadada exclusão das Administrações Tributárias da possibilidade de vinculação de receitas para o desenvolvimento de suas atividades, diga-se, essenciais ao funcionamento do Estado, conforme comando constitucional (CF, artigo 37, XXII).

A nova redação dada pelo Senado Federal ao artigo 167, IV, da CF, fragiliza as Administrações Tributárias de todo o país e, por consequência, a capacidade arrecadatória do Estado justamente num momento em que o país mais precisa de

recursos. Representa, conforme alertado por diversas entidarepresentativas do Fisco Federal, Estaduais/Distrital Municipais em carta dirigida ao senador Márcio Bittar, relator da matéria no Senado, "um duro golpe contra o Fisco brasileiro, dos três entes federativos, que perderão suas fontes de recursos próprios, fundamentais para o custeio dos órgãos de fiscalização e arrecadação do país."

Para a Fenafisco, a contraface desse duro golpe contra o Fisco e as finanças nacionais não é outra senão um prêmio aos sonegadores de impostos.

Em visa do exposto, a Fenafisco espera que a Câmara dos Deputados seja sensível ao tema e não corrobore com a penalização das contas estaduais, que já têm arcado com o ônus da falta de ações coordenadas e competentes do governo federal frente à pandemia do novo coronavírus.



Pelos Sindicatos

SINDIFISCO-MG | Vídeo gravado pelo presidente criticando atraso no pagamento do 13º repercute na mídia

A coluna Além do Fato, assinada pelo jornalista Orion Teixeira e veiculada no Portal Uai, repercutiu, no dia 19 de fevereiro, a divulgação do vídeo gravado pelo presidente do Sindifisco-MG, Marco Couto, criticando



o atraso no pagamento do 13º dos servidores e reafirmando a existência de recursos no caixa do Estado. A divulgação do vídeo ocorreu no mesmo dia em que o governador Romeu Zema anunciou nas suas redes sociais que o restante do 13º será pago em parcelas mensais de R\$ 1.000,00. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, os deputados também reagiram ao anúncio do governador e o assunto ganhou destaque no site da ALMG.

Sinafresp solicita amicus curiae para subsidiar ADIs relacionadas a teto salarial

A Fenafisco, a pedido do Sinafresp, protocolou amicus curiae em duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) relacionadas ao teto salarial. As petições de amicus curiae apresentadas reforçam os argumentos apresentados nas ADIs (ADI 6576 e ADI 6577) podem con-

tribuir com o julgamento favorável das ações. "Essa é uma luta sobre a identidade nacional do Fisco. Uma tese que, só por já ter conquistado entidades como essas, já revela que será ouvida com atenção", ressaltou o diretor de assuntos jurídicos do Sinafresp, Victor Lins.

SINDIFISCAL-TO participa da primeira reunião da comissão de progressão

O Diretor Presidente do SINDIFISCAL, Santiago Almeida, participou da primeira reunião da Comissão de Gestão, Enquadramento e Evolução Funcional do Quadro dos Auditores Fiscais da Receita Estadual (CGEFRA-FRE), que aconteceu na Secretaria da Fazenda.

No encontro foram discutidas as atividades



que serão desempenhadas pela Comissão e como tramitarão os encaminhamentos de requerimentos dos Auditores Fiscais e das entidades representativas, elencando o roteiro operacional dos processos.

Essa é uma importante conquista adquirida para a categoria fiscal com o intuito de facilitar a homologação e concessão das progressões quando do vencimento a cada dois anos do ciclo de interstício, das avaliações (APD's) e demais requisitos previstos no artigo 22 da Lei 1609/2005 (PCCR da categoria fiscal).

GIRADA CULTURAL

Por meio da nossa entrevistada, Lenita Ana De Nadai, parabenizamos todas as mulheres do Fisco pelo Dia Internacional da Mulher

Conhecendo e Reconhecendo o Fisco

Lenita Ana De Nadai, nossa querida associada, é descendente de italianos - vindos da comuna de Treviso - e tem muito orgulho e amor por sua família. Seus pais se casaram ainda jovens, no interior do município de Alfredo Chaves, mais precisamente em Piripiritinga de Batatal.

Ela é a sexta de oito irmãos e ama contar histórias de sua ancestralidade. Ela lembra com muita nostalgia de São Marcos, município de Alfredo Chaves, onde os seus avós viveram, vindos da Itália, da comuna de Treviso.

Saudosa ela lembra que a cachaça que leva o nome "Cavalinho", pertenceu ao seu avô e existe até hoje.



Primeira carteira de Lenita no Fisco: Assistente Fazendária

Na juventude morou em Araguaia e após terminar o ginásio, veio para Vitória continuar os estudos. Em 1972 passou no concurso para auxiliar de fiscalização e, na secretaria, trabalhou muitos anos como chefe do serviço de cadastro de contribuinte do ICMS. Ela lembra que na ativa fez muitos amigos, alguns dos quais mantém contato até hoje.

Já aposentada, Lenita mora em Vitória e aproveita seu tempo livre para desenvolver atividades sociais em prol do bem-estar coletivo. "Aproveito as horas livres para atuar na associação de morado-

res, igreja e no condomínio. Assim preencho o meu tempo e ajudo ao próximo", afirmou.

Ela nos conta que também gosta muito de viajar e sempre que dá conhece lugares diferentes, seja no Brasil, no Espírito Santo ou no exterior. Com olhos brilhando, ela relembra a primeira viagem para outro país. Quem advinha o destino?

É lógico que foi para a Itália, terra dos seus antepassados. "Em 1987 o vice-cônsul da Itália fazia essa viagem levando descendentes. Tudo que vi e vivi lá foi emocionante. Independente de descendência, é uma viagem que indico a todos. Assim que a pandemia permitir, conheçam à Itália. É um país lindo e com muita história.", disse.

E vocês acham que a aventura da colega parou aí? Não! Ela e mais duas amigas seguiram viagem e foram à França, onde ficaram hospedadas na avenida Champs Elysées, para ela "A avenida mais bela do mundo". Na sequência foram à Espanha, onde visitaram o museu do Prado.

"Esse museu tem obras lindíssimas. A que eu mais gosto é "As meninas", de Diego Velázquez.", contou empolgada.

Lenita encerra o



bate-papo conosco recomendando a todos que, assim que for permitido, escolham um destino, independente da distância e viagem. "O mundo é um livro e aquele que não viaja lê sempre a mesma página", já dizia Santo Agostinho. Eu super recomendo. Acredito que seja o maior investimento que podemos proporcionar a nós mesmos

Colega, estamos inaugurando essa coluna. Espero que gostem. O objetivo é conhecer um pouco das histórias de vida dos amigos do Fisco e também curtirmos suas dicas. Os interessados em participar podem enviar uma mensagem para jornal@sindifiscal-es.org.br ou mandar uma mensagem via whatsapp: 27 98159-0017



Dicas culturais Sindifiscal-ES

Filme: Milagres do Paraíso: Uma história de fé. A devota Christy passa por uma crise de fé depois que sua filha é diagnosticada com uma doença terminal. Disponível na plataforma Netflix.



Beethoven 250 anos:

Em comemoração aos 250 anos de nascimento de um dos maiores compositores, Ludwig van Beethoven, a Orquestra Sinfônica do Espírito Santo (Oses) preparou dois concertos especiais que vão encantar o público, sendo o primeiro: Série Pré-Estreia e o segundo, Série Concertos Sinfônicos. Ambos serão sob a re-

gência do maestro Luis Fernando Malheiro e terão a participação da solista convidada, Linda Bustani (piano).

Orquestra Sinfônica do Espírito Santo (Oses): Teatro Sesc-Glória - Vitória. Dias 25 e 26/03, às 20h, telefone: (27) 3232-3100.



Ao ar livre: Parque Estadual Cachoeira da Fumaça (PECF)

O parque é famoso pela sua exuberante queda d'água de 144 metros de altura, que dá nome àunidade. Os visitantes podem se banhar na cachoeira e participar das trilhas autoguiadas, ou seja, sem a presença de um guia, e se encantar com as cascatas e corredeiras ao longo do rio que corta o parque. Sua flora é bem representada pelos jacaran-

dás-de-espinho e a fauna por animais em extinção, como a lontra.

Informações e agendamento: (28) 99999-0639. Localização: Alegre e Ibitirama, na Região Sul.



AçãoFiscal

10 EM PAUTA

Julgadores de Primeira Instância da Gerência Tributária tomam posse para o biênio 2021-2022

Em cerimônia realizada no dia 23/02, às 15h30, em plataforma online, ocorreu a posse das turmas de Julgamento de Primeira Instância da Gerência Tributária, na circunscrição do Estado do Espírito Santo. A eles competem decidir acerca de impugnação apresentada pelo sujeito passivo contra exigência de crédito tributário lançado em auto de infração. O gerente Tributário, Jessé Lago, ressaltou esse marco histórico para a instituição fazendária, que foi a criação e implantação das turmas de julgamento: "desde então, a Receita Estadual vem obtendo resultados significativos decorrente dos trabalhos dos julgadores, zerando estoque de milhares de processos acumulados, agilizando e concedendo transparência aos julgados", frisou. Mas também decidir sobre outros assuntos de relevância à Receita Estadual, como transferência de crédito acumulado do ICMS; pedidos de repetição de indébito, de isenção e de regime especial.

O Auditor Fiscal da Receita Estadual e Julgador de Primeira Instância, João Antônio Nunes da Silva, em seu discurso na posse dos julgadores, reconheceu os avanços significativos na SEFAZ, lembrando que estava sobre um piso que foi construído para suportar mais de 16.000 processos em papel, mas que hoje não guarda nenhum papel mais: "a repartição está levinha, levinha... Até os armários (mais de 200) foram realocados em outros órgãos do Governo", disse.

João Antônio indagou "como seria, no meio desta assustadora pandemia, no regime do teletrabalho ou do trabalho remoto, se o julgador tivesse que levar para casa aquele amontoado de processos lotados de fungos, bactérias e, quiçá, do terrível coronavírus!", completou. Fato é que as turmas de julgamento têm contribuído decisivamente

para a posição de destaque do Espírito Santo no cenário nacional.

Nesse início de 2021, novas turmas foram formadas para novo mandato de dois anos. Muito trabalho há para ser feito nesse período. Que o vigor, o planejamento e a organização, presente desde o início dos trabalhos na primeira instância, continue orientando os trabalhos de julgamento nas turmas, para o bem de nossa instituição fazendária e de toda a sociedade capixaba. Parabéns aos que conquistaram esse lugar e muito sucesso nessa nova trajetória!



Fisco do Espírito Santo recuperou milhões de impostos sonegados em 2019 e 2020



Os Auditores Fiscais da Receita Estadual do Espírito Santo recuperaram, nos últimos dois anos, o total de R\$ 224,1 milhões de impostos sonegados no Estado. Em 2019 foram recuperados R\$ 63,1 milhões. E em 2020 foram recuperados R\$ 161 milhões - um salto de 155,3% de um ano em relação ao outro.

Vale destacar que essa cifra não inclui multas, juros e correção, que, juntos, somaram R\$ 308,8 milhões no período (R\$ 127 milhões em 2019 e R\$ 181,8 milhões em 2020).

Os números foram apurados pelo Sindifiscal (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do ES) e englobam o universo de arrecadação obtida por meio

de ações fiscais - aquelas que dependem exclusivamente do trabalho dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, como, por exemplo, operações de fiscalização em trânsito, operações especiais de fiscalização e fiscalização in loco em empresas.

Tribunal de Justiça começa a pagar o precatório do crédito rotativo aos servidores do Fisco

A medida atende aos constantes apelos que vinham sendo feitos, desde o final do ano passado pela Diretoria do Sindifiscal, em especial a Jurídica e seus assessores

Foi com grande satisfação que o Sindifiscal-ES recebeu na tarde da sexta-feira (29/01) a informação de que os servidores do Grupo TAF começaram a ser contemplados com o pagamento do precatório do crédito rotativo.

Houve, com isso, uma considerável antecipação no cronograma de pagamento, que havia sido repassado ao Sindifiscal-ES pelo Setor de Precatórios do Tribunal de Justiça no final do ano passado. A previsão inicial era de que os primeiros servidores do Fisco seriam

contemplados somente no final do mês de fevereiro e a grande maioria nos meses de março e abril. A antecipação somente foi possível graças aos esforços dos servidores lotados no Setor de Precatórios do Tribunal de Justiça, que adiantaram o pagamento em favor daqueles que estavam à frente na ordem cronológica, e assim puderam mais rapidamente iniciar o pagamento do pessoal do Grupo TAF.

A medida atende aos constantes apelos que vinham sendo feitos, desde o final do ano passado pela Diretoria do Sindifiscal, em especial a Jurídica e seus assessores que, mesmo em gozo de férias, ficaram em constante contato com setor do TJ responsável pelos pagamentos (cuja efetivação era aguardada por todos até o dia 31/12/2020), o que não ocorreu em virtude de o Estado usar quase

todo o seu prazo legal para realizar o repasse dos valores à Justiça.

Fica consagrada mais uma grande vitória a ser comemorada pelos servidores do Grupo TAF, já que chega ao fim uma luta que vinha sendo travada há anos para o recebimento dos valores referentes aos juros e encargos do crédito rotativo, sonegados no início da gestão do governados José Ignácio Ferreira.

OPINIÃO

Artigo

Publicado originalmente em The Washington Post, O Estado de S.Paulo Tradução: Terezinha Martino. Autores: Diego Laje, Anthony Faiola

Os ricos devem pagar pela pandemia? É o que a Argentina e outros países pensam

BUENOS AIRES - Em sua mansão da era colonial numa região localizada no centro da Argentina, Gabriel De Raedemaeker diz que já vem calculando que áreas da sua fazenda terá de vender. O problema não é sua colheita nem a queda nos preços das commodities, mas o novo imposto estabelecido pelo governo para as pessoas ricas.

"O Estado está me levando ao limite", disse De Raedemaeker, de 54 anos, que se defronta agora com um aumento de 70% do seu imposto de acordo com o novo decreto baixado pelo governo neste momento de pandemia taxando os cidadãos com patrimônio superior a US\$ 3,4 milhões.



Photo by Nicoles Aguilera for The Washington Post.

Desde os anos 40, quando Eva "Evita" Perón proferia discursos furiosos do balcão do palácio presidencial para suas "massas de descamisados", o conflito de classes persiste neste país sul-americano cronicamente endividado. Para tentar sair de um buraco fiscal que se amplia cada vez mais em razão da pandemia, a Argentina enviou um alerta estridente que agora vem repercutindo em todo o globo: os ricos têm de pagar.

As nações sempre se voltaram para os ricos em épocas de grandes crises. Após as duas guerras mundiais, os países europeus e o Japão estabeleceram impostos pontuais sobre a riqueza para financiar a reconstrução. Mais recentemente, a Irlanda e a Islândia também usaram esses impostos para abastecer os cofres do Estado após a crise financeira global.

Então, por que não impor o custo de uma épica recessão global causada pela pandemia para aqueles que podem pagar por ele?

E na verdade, dados têm sugerido que as recessões provocadas pela pandemia agravaram a desigualdade. Os índices de pobreza saltaram, especialmente entre os trabalhadores mais jovens, as mulheres e indivíduos sem nenhuma qualificação, ao passo que os ricos têm desfrutado de mercados de ações que registram fortes altas, e do aumento no valor dos imóveis. Em nove meses a fortuna dos mil indivíduos mais ricos do mundo retornou aos níveis anteriores à pandemia, de acordo com a organização Oxfam International.

Esse resultado assimétrico vem intensificando os apelos para um imposto no estilo Robin Hood.

A Argentina, sobrecarregada com uma dívida devastadora por causa da pandemia, adotou esse imposto especial sobre os ricos em dezembro, taxando em até 3,5% o total do patrimônio líquido dos cidadãos com um patrimônio de pelo menos US\$ 3,4 milhões. E também em dezembro, a Bolívia aprovou um imposto a ser pago por qualquer pessoa que possua mais de US\$ 4,3 milhões em ativos. Este ano o Marrocos deve impor uma "contribuição de solidariedade" a ser paga por empresas e cidadãos abastados do país.

Com o Reino Unido se defrontando com seu maior déficit orçamentário da história, a Wealth Tax Commission recomendou a cobrança de uma taxa única a ser cobrada das pessoas que detenham o mínimo de 250 mil libras ou US\$ 346 mil. E o primeiro--ministro canadense, Justin Trudeau, por pouco não endossou um imposto específico sobre os ricos, mas orientou seu ministro das finanças a "identificar meios adicionais de taxar a extrema desigualdade de riqueza".

Nos Estados Unidos, o debate em torno desse tema desvaneceu junto com os candidatos à presidência Bernie Sanders e Elizabeth Warren. Mas o assunto continua vivo nos Estados da Califórnia e de Washington, onde os legisladores propuseram um imposto bilionário que seria cobrado dos quatro moradores mais ricos desses Estados, incluindo Bill Gates e o proprietário do Washington Post, Jeff Bezos.

Sobe e Desce

Espírito Santo e mais 16 esta- Sobe dos vão tentar comprar vacinas direto de laboratórios



Um grupo de governadores anunciou que tentará comprar vacinas contra a covid-19 diretamente com os laboratórios. Um ofício do Fórum Nacional de Governadores foi enviado ao diretor do Instituto Butantan com pedido de acesso a um cronograma detalhado de entrega de vacinas e solicitando informações sobre a capacidade máxima de produção e requisitos necessários para aumentar o volume de entrega de doses. Eles pedem ainda que o Instituto viabilize alternativas para a vacinação no País, obtendo mais doses de imunizantes além dos já contratados, com o propósito de antecipar, para data anterior a julho deste ano, a previsão de produção de IFAs no Brasil.

Sobe

Ministro da Justiça quer aumentar recursos para segurança pública no ES

Em sua visita ao estado na sexta-feira (19/02), André Mendonça, propôs ações conjuntas entre as forças policiais do estado e da união e prometeu ainda uma

reformulação na execução do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública, o que poderá resultar em um volume maior de recursos para o Espírito Santo.

Desce



Gasolina pode superar R\$ 6 e tem maior valor em 27 anos

O consumidor vai levar mais um golpe no bolso com o novo aumento dos preços de combustíveis anunciados pela Petrobras. Somente a gasolina será reajustada em 10,2% e representará o quarto aumento do ano. Já o diesel sofreu o terceiro aumento do ano e, em 2021 ficou 27,7% mais caro.

Brasileiros ainda descumprem normas de biossegurança sanitária



Apesar do Brasil ter atingindo a triste marca de 10 milhões de pessoas contaminadas pela covid-19, tendo cerca de mil mortes/ dia, muitos brasileiros desrespeitam as regras de distanciamento social e não

fazem uso da máscara, que é outra medida de prevenção. Mesmo com a fiscalização, inúmeras festas clandestinas são realizadas pelo país. Nas praias de norte a sul do Brasil também é possível vermos pessoas aglomeradas e sem máscara.

COMUNICAÇÃO

Deixam Saudade

"A vida significa tudo o que ela sempre significou, o fio não foi cortado. Porque eu estaria fora de seus pensamentos, agora que estou apenas fora de suas vistas? Eu não estou longe, apenas estou do outro lado do Caminho..."

Trecho do poema: "A morte nao é nada" de Santo Agostinho

Evelina do Amaral Paixão

Pensionista 24/01/2021 Aposentada

Francisco Cortat Viana

Aposentado 02/02/2021

Ailsa da Glória Brandão

01/02/2021

Fernando Antônio Secomandi Zamprogne Aposentado

04/02/2021



Marcos Aurélio de Castro **Aposentado** 20/10/2020



Paulo Sérgio do Canto Cirillo Aposentado 12/11/2020



Simão Itala Flho Aposentado 28/01/2021



Idalina Batista Ribeiro Pensionista 02/02/2021



Pensionista 17/02/2021 Foto dela e do esposo que era auditor. Ambos falecidos.

Críticas ou sugestões

A partir da próxima edição do Ação Fiscal, estaremos publicando contribuisugestões, ções e críticas de nossos associados. Você pode mandar uma

mensagem pelo whatsapp: (27) 98159-0017. Caso não queira que seu comentário seja identificado, nós manteremos sigilo sobre sua identidade.



Atenção aposentados e pensionistas

Recomeçamos a ação de gravar entrevistas em vídeo para o Projeto Memória fiscal. Os interessados podem fazer contato pelo nosso email ou pelo nosso whatsapp. O último entrevistado da série foi o senhor Pedro Martins Caldeira.





QR Code Sindifiscal-ES

Você tem um leitor de QR Code?

Aponte a câmera do seu celular para o código e fique por dentro das últimas notícias do Sindifiscal!



Acompanhe no próximo Ação Fiscal!

- Desdobramentos da reunião com o Governador Renato Casagrande
- Diretoria em Ação
- Entrevistas
- Dicas de cultura
- Mulheres do Fisco
- ...e muitos mais!